

Ouro Preto

Impactos da atividade turística em uma cidade tombada

Carolina da Graça Sandoval¹
Jéssica Silva Arruda²
Nathália Cabral Santos³

Resumo

O conceito de Patrimônio sofreu radicais mudanças ao longo da História, e, sobretudo nas últimas décadas vem sendo largamente discutido até mesmo fora dos domínios acadêmicos. Atualmente, o instinto pela preservação dos bens históricos e heranças culturais não se restringem aos academicistas; órgãos públicos estão cada vez mais atentos à questão e grande parte da própria sociedade está consciente e, quando necessário, pronta para cobrar a recuperação e manutenção dos elementos que acreditem ser parte da sua identidade cultural. Neste contexto de valorização e popularização do conceito de patrimônio, sobretudo o material, escolhemos a cidade de Ouro Preto, um dos redutos brasileiros de maior herança histórico-culturais e jóias arquitetônicas, declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. Pretendemos analisar os impactos da atividade turística, que por muitas vezes tem sido propulsora da preservação do patrimônio, gerados para uma cidade colonial que é um bem histórico de todo o mundo.

Palavras-chaves: Patrimônio histórico-cultural, Turismo, Ouro Preto.

Abstract

The concept of heritage has changed a lot throughout history, and, especially in recent decades, it has been widely discussed even out of the academy. Nowadays, the appeal for the maintenance of the historical and cultural heritage isn't restrict to the academy; public organizations are aware of the question and a big part of the society is conscious and, whenever necessary, ready to claim for the recovery and maintenance of buildings and practices that represent their cultural identities. Considering this valorization and popularization of the heritage concept, especially the material, Ouro Preto has been chosen, as one of the most important places in Brasil in terms of heritage and architectural treasures, and considered a World Heritage by UNESCO. We intend to analyze the impacts of the tourism activity in a colonial city that is a world historic heritage.

Key-Words: Heritage, Tourism, Ouro Preto.

¹ Graduanda em Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

² Graduanda em Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

³ Graduanda em Turismo da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Introdução

"Não se pode dizer de Ouro Preto que seja uma cidade morta. (...) Ouro Preto é a cidade que não mudou, e nisso reside seu incomparável encanto". Manuel Bandeira (1938).

A preservação do patrimônio é um assunto que atualmente vem sendo largamente discutido. Pode-se dizer que a população como um todo, ainda que em alguns momentos não dê o devido valor, sabe identificar um patrimônio, sobretudo o cultural, e entende que este tem alguma representatividade para a sociedade. No entanto, não é de conhecimento de todos o caminho que o conceito de patrimônio percorreu até configurar-se no que é atualmente. Tampouco é discutido como se deveria todas as formas de preservação do patrimônio e as implicações que um bem e, em maior escala uma cidade tombada, trazem para a sua população local e para a atividade turística da mesma. Usando como objeto de estudo um dos mais significativos bens tombados em nosso país, e de igual importância no cenário turístico, escolhemos Ouro Preto. Analisaremos os impactos que um tombamento gera sobre um núcleo urbano, e como o fluxo turístico que uma localidade tombada passa a atrair após ser reconhecida mundialmente como patrimônio, influi positiva e negativamente sobre esta cidade.

A Evolução do Conceito de Patrimônio

Em sua língua de origem, o latim, Patrimônio deriva do prefixo que significa pai, e significa aquilo que o pai deixa para o filho, herança, legado, bens produzidos por outras gerações. O primeiro momento da história em que o conceito de patrimônio é usado como recuperação de legados passados é durante os séculos XV e XVI, com o movimento cultural renascentista. Este é o marco da preocupação com as heranças culturais passada é a partir

deste momento que surge a corrente de valorização e preservação do patrimônio por sua importância histórica e beleza estética.

O Renascimento trouxe uma nova visão sobre o passado, valorizando-o e recuperando seus bens artísticos e históricos, que gerou na população jovem um sentimento de veneração e culto ao passado. Esse ímpeto dos jovens levou ao início de uma importante prática na história do Turismo, o *Grand Tour*. As viagens tinham por objetivo educar os jovens da nobreza, e para isso, levava-os às regiões que concentravam o patrimônio monumental das civilizações antigas.

Já na Revolução Francesa, vemos a alteração do conceito de Patrimônio, uma vez que os bens materiais que anteriormente pertenciam à Igreja católica e à nobreza passam a ser abrigados em museus abertos à visitação. É neste momento que o patrimônio deixa de ser privado e passa a ser público. Com a criação dos Estados-Nação, os museus ganharam ainda mais força, pois passaram a representar a identidade nacional. Assim, o patrimônio guardado pelos museus passou a ter um papel político e simbólico, representando toda a história de uma nação. Conseqüentemente, a conservação do patrimônio ganhou força, por servir agora à educação dos cidadãos.

Com a Revolução Industrial, o patrimônio passou a ser visto como algo que retratava as culturas e modos de vida anteriores e, portanto, antigo e não condizente com os valores de modernidade da época. Desta forma, o patrimônio, e os próprios museus, passaram a ser tratados como expressões do passado, totalmente desvinculadas ao presente. Esta postura contribuiu para a expansão do turismo, pois as pessoas desejam ver a representação do passado idealizado, comparando-o com a realidade da época.

Durante o século XIX, os museus passaram a ser considerados parte da cultura erudita, sua função educativa se perdeu e eles passaram a ser freqüentados, principalmente, por intelectuais e membros da elite, presenciando um dos maiores declives no prestígio do patrimônio na história da humanidade. Esse quadro só começou a reverter-se após a Segunda Guerra Mundial, e em grande parte, essa reversão se deu devido ao crescimento do Turismo, mais uma vez ressaltando a íntima ligação entre patrimônio e turismo.

Ao longo dos séculos XIX, XX e ainda no início do século XXI, temos presenciado evoluções no conceito de patrimônio. A elevação da consciência patrimonial a um nível internacional só foi alcançada através de sucessivos eventos dedicados ao assunto ao longo do século XX. Para discutir o tema em esfera internacional e potencializar as relações culturais entre os países, foi criada em 1922 a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI). No ano de 1931 a CICI organizou a Conferência Internacional de Atenas, onde foi elaborada a Carta de Atenas, o primeiro documento a nível internacional que dispõe acerca da proteção dos bens artísticos e históricos.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), após o fim da Segunda Guerra Mundial, foi outro importante momento. A partir da ONU, em 1946, foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura — UNESCO, com o objetivo de agir em âmbito mundial em defesa da educação, ciência e cultura. Foi na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais realizada pela UNESCO no México, em 1982, que o conceito de patrimônio passou a abranger também as obras de artistas anônimos e de caráter popular. A partir de então o patrimônio extrapolou a esfera do material, englobando o patrimônio imaterial e evoluindo até o atual conceito de patrimônio imaterial e intangível utilizado pela UNESCO:

O Patrimônio Cultural Intangível ou Imaterial compreende as expressões de vida e tradições que comunidade, grupos e indivíduos em todas as partes do mundo recebem de seus ancestrais e passam seus conhecimentos a seus descendentes.

A conferência de 1982 foi ainda um grande momento por estender o conceito de patrimônio às manifestações populares, rompendo com o costume de valorização somente da produção artística e cultural das altas classes sociais.

No Brasil, a política preservacionista só teve início no século XX, com dois importantes acontecimentos: a corrente intelectual iniciada pelos pensadores brasileiros, que culminaram na “Semana de 22” e a instituição dos primeiros decretos-lei versando a respeito do assunto, no início da década de 1930. Os intelectuais modernistas contribuíram para a valorização e

preservação do patrimônio brasileiro a partir de seus ideais e ações que Rocha Simão define da seguinte forma:

A ênfase do movimento foi a produção artística e o caráter cultural do país. Todas as ações [dos modernistas] voltaram-se à configuração de um perfil artístico e cultural do país, na tentativa de inseri-lo entre as nações modernas e civilizadas do mundo.

Como embasamento para tal, os modernistas mergulharam no interior do país em busca das raízes da identidade nacional. Foi em Ouro Preto que encontraram o ápice da riqueza cultural e artística do Brasil colonial que precisavam para estruturar sua defesa pela busca de nossas raízes sócio-culturais fixadas no passado. Como referência a essa valorização, os modernistas elegeram os sítios e monumentos setecentistas, dando origem assim à consciência de proteção ao patrimônio histórico.

No que se refere ao embasamento legal à preservação do patrimônio, mais uma vez os modernistas tomaram a frente do processo. Mário de Andrade, a pedido do ministro da Educação, Gustavo Capanema, realizou um anteprojeto para a criação do instituto preservacionista e as diretrizes para a proteção do patrimônio artístico nacional. Este anteprojeto serviu como base ao Decreto-Lei 25/37, ainda em vigor, que “organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”. Anteriormente ao Decreto-Lei, ainda em 1933, Ouro Preto tomou a frente no processo de institucionalização da preservação do patrimônio através da promulgação do Decreto 22.298, considerando a cidade monumento nacional, sob o argumento de que

a cidade de Ouro Preto, antiga capital de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos de arquitetura colonial, verdadeiras obras d’arte que merecem defesa e conservação.

Neste primeiro momento, a ênfase era na preservação do patrimônio edificado ou relativos à obras de arte pura ou aplicada, sobretudo nos bens chamados de “pedra e cal”. No entanto, alguns autores consideram como o momento mais marcante da evolução histórica do patrimônio cultural no Brasil, a Constituição Federal de 1937, que em seu artigo 134 traz a seguinte deliberação:

Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particularmente dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados especiais da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.

Estes passos iniciais precederam uma longa jornada de reconhecimento das riquezas naturais, culturais, históricas, materiais e imateriais, que evolui para uma consciência de valorização e preservação dos patrimônios brasileiros.

Atualmente, não só na esfera acadêmica, mas mesmo na sociedade como um todo, entende-se patrimônio como uma gama de conceitos que abrangem não só o tangível como o intangível, o material e o imaterial, as manifestações artísticas e todo o fazer humano, a cultura das classes mais abastadas e das menos favorecidas. A concepção de patrimônio representa a memória das sociedades, são testemunhos de diferentes experiências de vida e permitem a cada indivíduo criar um sentimento de pertencimento a um espaço, a um conjunto de costumes, à uma cultura, fortalecendo o sentimento de grupo e compondo uma identidade coletiva. É através das edificações, paisagens, traçados urbanos, áreas naturais, documentos, objetos e imagens preservados que uma sociedade se reconhece.(FUNARI; PINSKY,2005)

O surgimento do IPHAN

O primeiro órgão voltado para a preservação do patrimônio no Brasil foi criado em 1933, a Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM), entidade vinculada ao Museu Histórico Nacional, instituída pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934. Tinha como principais finalidades impedir que objetos antigos, referentes à história nacional, fossem retirados do país em virtude do comércio de antiguidades, e que as edificações monumentais fossem destruídas por conta das reformas urbanas, a pretexto de modernização das cidades.

Em 1936, foi criado um anteprojeto de Lei feito por Mário de Andrade para garantir a salvaguarda dos bens do patrimônio cultural brasileiro, a pedido do então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema.

O IPM foi precedido pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) criado em 13 de janeiro de 1937 e regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25 no dia 30 de novembro do mesmo ano, poucos dias após o golpe que instituiu o Estado Novo. O seu primeiro presidente foi Rodrigo Melo Franco de Andrade, que esteve à frente da instituição até 1967, quando se aposentou. Entre os vários artistas e intelectuais que colaboraram com a entidade, destacam-se o poeta Mário de Andrade e o arquiteto Lúcio Costa.

Neste mesmo documento é determinada a criação do Conselho Consultivo do SPHAN (constituído por um diretor geral, diretores dos museus nacionais históricos ou artísticos e de mais dez membros nomeados pelo Presidente da República). Desde então, o Museu Histórico Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes e todos os demais museus nacionais passaram a cooperar nas atividades do SPHAN.

Em seguida, Capanema confiou a Rodrigo Melo Franco de Andrade, com a colaboração de intelectuais e artistas brasileiros ligados ao movimento modernista como Oswald de Andrade, Manuel Bandeira, Afonso Arinos, Lúcio Costa e Carlos Drummond de Andrade, a tarefa de implantar o Serviço do Patrimônio. Técnicos foram preparados e tombamentos, restaurações e revitalizações foram realizadas, assegurando a permanência da maior parte do acervo arquitetônico e urbanístico brasileiro, assim como do acervo documental e etnográfico, das obras de arte integradas e dos bens móveis.

O Decreto-Lei nº 25 também organiza a “proteção do patrimônio histórico e artístico nacional”, definindo o que constitui este patrimônio, bem como o tombamento do mesmo, através dos quatro Livros do Tombo:

- Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico
- Livro do Tombo Histórico
- Livro do Tombo das Belas Artes
- Livro do Tombo das Artes Aplicadas

Em 1946, o SPHAN tem o seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). E, finalmente, em 1970, o DPHAN é transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

A criação da Instituição obedece a um princípio normativo, atualmente contemplado pelo artigo 216 da Constituição da República Federativa do Brasil, que define patrimônio cultural a partir de

suas formas de expressão; de seus modos de criar, fazer e viver; das criações científicas, artísticas e tecnológicas; das obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; e dos conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Constituição também estabelece que cabe ao poder público, com o apoio da comunidade, a proteção, preservação e gestão do patrimônio histórico e artístico do país.

O IPHAN foi criado com a finalidade de promover o tombamento, a conservação, o enriquecimento e o conhecimento do patrimônio histórico e artístico nacional. A instituição, inicialmente vinculada ao Ministério da Educação e Saúde, está atualmente subordinada à pasta da Cultura. Há mais de 60 anos, o IPHAN vem realizando um trabalho permanente de identificação, documentação, proteção e promoção do patrimônio cultural brasileiro.

O processo de tombamento de cidades

O tombamento é o instrumento de atuação do IPHAN mais conhecido. Ele é considerado “o ato de reconhecimento do valor cultural de um bem”, que o transforma em patrimônio oficial. Seu objetivo é preservar, por intermédio da aplicação de legislação específica, bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo que venham a ser destruídos ou descaracterizados. O nome tombamento advém da Torre do Tombo, o arquivo público português, onde eram guardados e conservados documentos importantes.

O tombamento foi efetivado por meio de um ato administrativo, o Decreto Nº. 25, de 30 de Novembro de 1937. Pode ocorrer em nível federal, feito pelo IPHAN, ou ainda na esfera estadual ou municipal.

Ele pode ser aplicado aos bens móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental, quais sejam: fotografias, livros, mobiliários, utensílios, obras de arte, edifícios, ruas, praças, cidades, regiões, florestas, cascatas etc. Somente é aplicado aos bens materiais de interesse para a preservação da memória coletiva.

O entorno, a área de projeção localizada na vizinhança dos imóveis tombados, é delimitado com objetivo de preservar a sua ambiência e impedir que novos elementos obstruam ou reduzam sua visibilidade. Compete ao órgão que efetuou o tombamento estabelecer os limites e as diretrizes para as intervenções, nas áreas de entorno de bens tombados.

Quando ocorre o tombamento de uma cidade inteira, não se tem como objetivo “congelar” a cidade, impedindo sua modernização. Consta no Decreto-Lei nº 25 que é proibido destruir, demolir ou mutilar bens tombados, assim como reparar, pintar ou restaurar esses bens sem autorização prévia do IPHAN.

Já no Art. 18, evidencia-se que

Sem prévia autorização do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, não se poderá, na vizinhança da coisa tombada, fazer construção que lhe impeça ou reduza a visibilidade, nem nela colocar anúncios ou cartazes, sob pena de ser mandada destruir a obra ou retirar o objeto, impondo-se neste caso a multa de cinquenta por cento do valor do mesmo objeto.

Ou seja, a preservação do ambiente tombado é de imensa importância para o Estado, porém tudo deve ser feito de forma cautelosa, obedecendo-se as regras impostas pela Lei.

Apesar de restringir muitas ações urbanas, a proteção do patrimônio ambiental urbano está diretamente vinculada à melhoria da qualidade de vida da população, pois a preservação da memória é uma demanda social tão importante quanto qualquer outra atendida pelo serviço público. De acordo com a Constituição Federal, tombamento não significa cristalizar ou perpetuar edifícios ou áreas, inviabilizando toda e qualquer obra que venha contribuir para a melhoria da cidade. Preservação e revitalização são ações que se complementam e, juntas, podem valorizar bens que se encontram deteriorados.

O tombamento é muitas vezes confundido com medidas semelhantes, das quais cabe diferenciá-lo. O registro do patrimônio imaterial é comumente confundido com o tombamento. No entanto, diferencia-se deste por considerar manifestações puramente simbólicas, não se presta a imobilizar ou impedir modificações nessa forma de patrimônio. Seu propósito é inventariar e registrar as características dos bens intangíveis, de modo a manter viva e acessível as tradições e suas referências culturais.

Também é incorreto chamar de tombamento a inclusão de um bem na lista de patrimônios da humanidade da UNESCO. O tombamento diz respeito especificamente à colocação de um bem cultural sob proteção governamental. A listagem pela UNESCO, por sua vez, consiste apenas numa classificação e reconhecimento do valor excepcional do sítio em questão, nos termos da chamada Convenção do Patrimônio Mundial.

Ouro Preto

Os primórdios da cidade hoje conhecida como Ouro Preto remontam ao fim do século XVII, entre os anos de 1693 e 1698. Os dados não são exatos, mas acredita-se que uma expedição de bandeirantes comanda por Duarte Lopes desbravava as montanhas mineiras em busca da lendária Serra do Sarabuçu, descrita pelos indígenas como “serra resplandecente”, por, segundo seu imaginário, ser toda constituída de ouro e prata. Ao atravessarem o Rio Tripuí, um dos homens da expedição achou curiosa a presença de pedrinhas negras, e em seu faro de bandeirante, carregou a pedrinha consigo. Ao retornarem da expedição, a pedrinha foi entregue a sucessivos governantes até chegar às mãos do então governador do Rio de Janeiro, Arthur de Sá e Mendes, que constatou que se tratava do mais puro ouro brasileiro encoberto por uma fina camada de óxido de ferro.

A partir de então, a fama da cidade mineira se espalhou rapidamente pelo país e logo a região conhecida como Pico do Itacolomi, passou a receber inúmeros aventureiros em busca do eldorado. Em 1698, a primeira bandeira chega ao local, chefiada por Antônio Dias, que ao

encontrar de fato o metal, estabelece-se no local e manda buscar amigos e parentes em Taubaté. A confirmação de que há ouro na região atrai um grande número de bandeirantes e logo é erguido o primeiro arraial, no morro de São João, onde foi celebrada a primeira missa.

O crescimento repentino da região, sem nenhum planejamento ou estrutura começa a gerar problemas básicos, como a escassez de comida devido a restrita produção agrícola. Logo começam a estourar os primeiros conflitos, como a Guerra dos Emboabas, entre 1707 e 1709, envolvendo os primeiros descobridores da região, em grande parte paulista e os forasteiros, predominantemente portugueses, baianos e pernambucanos. Os forasteiros saem vitoriosos, tornando mais democrática a exploração do metal precioso. No mesmo ano é criada a Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, com capital em Mariana. A partir de então a vida da localidade incrementa-se com o desenvolvimento de novos arraiais e o surgimento de comércio e edificações, trazendo à primitiva região as bases de um núcleo urbano. Já em 1711, os núcleos de Ouro Preto, Ouro Podre, Padre Faria e Antônio Dias são elevados à categoria de vilas, dando origem, conjuntamente, a Vila Rica de Albuquerque. Em 1823, quando o esplendor do ouro já confere um destaque a nível nacional à Vila Rica, seu nome é mudado para Ouro Preto.

Com o passar do tempo e devido à próspera atividade, os arraiais mineradores crescem, aproximando-se um dos outros. Alguns deles fundem-se dando origem a núcleos maiores. A atividade cresce de tal forma que passa a atrair todo o tipo de gente: mercadores, artesãos, engenheiros, advogados, clero, nobres, médicos, poetas, serviçais. Minas cresce de tal forma que em 1720 torna-se capitania autônoma, com capital em Vila Rica. Por volta de 1730 a cidade contava com cerca de 40 mil pessoas, a maior aglomeração da América Latina no momento.

O apogeu do ouro se dá entre os anos de 1730 e 1760, dentre os quais se levantaram sofisticadas construções barrocas, são realizadas grandes festas religiosas, destacando-se o Triunfo Eucarístico, procissão que trasladou o Santíssimo Sacramento da Igreja de Nossa Senhora do Rosário para a Matriz de Nossa Senhora do Pilar, devido a sua inauguração.

Durante esse período, a Coroa intensificou a cobrança do quinto, chegando a arrecadar 2.142 quilos de ouro em um único ano.

Por volta de 1750 o metal começa escassear, e para não diminuir os lucros, a Coroa intensifica a fiscalização, negligenciando a importância do metal para a dinâmica da economia local. Anos depois, a instituição da derrama, imposto compulsório sobre os rendimentos atrasados do quinto do ouro, tornam a situação insustentável para os mineradores. Como movimento reacionário, ocorre em 1789 a Inconfidência Mineira.

Com o início da cultura cafeeira em São Paulo no começo do século XIX, Vila Rica deixa definitivamente de ser referência econômica para o país. No entanto, devido ao seu prestígio político, que se manteve, em 1823 é elevada a capital da Província de Minas Gerais, passando a se chamar Imperial Cidade de Ouro Preto. Já nessa época observa-se a emergência de Ouro Preto como núcleo cultural, devido a criação da Escola de Farmácia, em 1839, primeira da América Latina, e da Escola de Minas de Ouro Preto, em 1876.

Ouro Preto permanece como capital de Minas Gerais até 1897, quando é inaugurada Belo Horizonte. A mudança política acarreta também um êxodo populacional. Grande parte dos moradores de Ouro Preto muda-se para a nova capital e a cidade fica abandonada. O abandono político, administrativo e populacional da cidade finda por ser benéfico para o seu futuro como berço da cultura brasileira, pois mantém seu conjunto arquitetônico inalterado, ao passo que as demais capitais brasileiras passam por grandes modernizações devido ao seu acelerado crescimento no século XX.

Conforme citado anteriormente, em 1924 os modernistas que haviam realizado a Semana de 22 visitam a cidade. A visita do grupo composto por Oswald de Andrade, Mário de Andrade, Tarsila do Amaral, acompanhados do poeta francês Blaise Cendrars serve não só para valorizar e embasar sua arte e sua defesa teórica, como para trazer novamente a tona a arte barroca como arte nacional, revalorizando-a a nível nacional e mundial, e despertando o interesse de todo o mundo por Aleijadinho. A vocação artística e cultural da cidade tomou ainda mais força após a criação da Universidade Federal de Ouro Preto, em 1969, que trouxe diversos festivais de arte, além, das já tradicionais festas religiosas.

Na década de 30 a preocupação com a preservação de Ouro Preto finalmente alcançou a esfera legislativa. Em 1931, o prefeito João Batista Ferreira Velloso proibiu construções que alterassem o 'facies' colonial da cidade. Em 1933, através do Decreto 22.298 a cidade é decretada Monumento Nacional, pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Posteriormente, em 1938, é inscrita no Livro de Tombo de Belas Artes.⁴

A iniciativa do Decreto 22.298 foi louvável, de grande importância para a propulsão de uma legislação voltada para a preservação do patrimônio e, mais especificamente, para a preservação da riqueza arquitetônica e cultural de Ouro Preto. No entanto, muitos autores criticam o fato do decreto identificar Ouro Preto apenas como um grande conjunto de obras de arte que permaneceria inalterado, e não como uma cidade viva e dinâmica que necessitaria de transformações devidas suas necessidades enquanto núcleo urbano. O próprio PHAN, 43 anos após a sua criação, declarou seu equívoco através de um documento oficial.

Por volta dos anos 30, quando o decreto foi oficializado, a cidade encontrava-se abandonada devido ao contexto histórico por que passou. No entanto, sua utilização como base para contextualização do movimento modernista lançaram novamente as atenções sobre Ouro Preto, reavivando-a como núcleo urbano. Nas primeiras décadas do século XX o traçado urbano original foi capaz de absorver a população urbana proveniente do centro acadêmico educacional no qual Ouro Preto se tornara. Poucas alterações urbanas foram necessárias, e as que sucederam eram consideradas fatos excepcionais e submetidas ao controle do estado. Apenas na década de 60, com a chegada da industrialização através de empresas metalúrgicas, Ouro Preto atinge o número de máximo de habitantes que já havia abrigado até a criação da nova capital. A partir de então teve início a necessidade de alteração do traçado urbano, criando novos espaços para habitar, trabalhar e circular. Sucessivamente foram sendo requisitadas ao PHAN aprovações de loteamento, em sua maioria arquivados. No entanto, ao atingir certo patamar de desenvolvimento, os loteamentos começaram acontecer a revelia do PHAN.

⁴ Lista de sítios urbanos tombados em Ouro Preto disponível no anexo.

Ainda no início da década de 70 medidas mais eficazes foram tomadas para evitar o processo em andamento que vinha ocasionando a perda do inestimável patrimônio cultural da cidade. Estudos e propostas de planejamento urbano foram realizados e, alguns implantados. Apesar das desconfigurações as quais o acervo arquitetônico da cidade foi submetido, o IPHAN teve papel fundamental na preservação da cidade neste momento. Ainda que o instituto não tenha conseguido impedir muita das modificações efetuadas, não fossem suas ações as desconfigurações seriam ainda maiores.

Em 5 de setembro de 1980, Ouro Preto foi inscrita na Lista de Patrimônio Mundial da UNESCO, após ser submetido a um longo processo⁵. Este episódio na história de Ouro Preto foi essencial para reforçar a proteção do acervo arquitetônico e urbanístico da cidade.

No dossiê entregue ao comitê avaliador do processo, a inclusão de Ouro Preto na Lista de Patrimônio Mundial foi defendida sob a justificativa de que

A cidade de Ouro Preto é considerada um patrimônio inigualável, em razão de seu acervo arquitetônico original. Localizada a 513 metros ao norte do Rio de Janeiro, foi o principal centro do chamado Ciclo do Ouro do Brasil. Seu caráter global e sua homogeneidade transformam Ouro Preto em testemunho cultural único.

Dentre os seis critérios utilizados pela UNESCO para avaliar a importância dos sítios históricos, Ouro Preto foi escolhida por “apresentar uma obra-prima do gênio criativo humano” e “aportar um testemunho único ou excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização ainda viva ou que tenha desaparecido”. Outro importante requisito avaliado pela UNESCO na inclusão de um sítio na lista é a capacidade que o país tem de conservá-lo. O país é responsável por prover o sítio tombado de plano diretor e infra-estrutura adequada. Para garantir a credibilidade do patrimônio a UNESCO realiza acompanhamentos periódicos de cada sítio. Além disso, como define a própria UNESCO “existem medidas adotadas para

⁵ Procedimento para a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial, segundo especificações da UNESCO, na íntegra disponível no anexo.

preservá-los e também esforços realizados para aumentar o conhecimento e, conseqüentemente, o interesse do público pelo patrimônio cultural e natural.”

Por conta do cumprimento não satisfatório desses preceitos estabelecidos pela UNESCO, em 2003, uma comissão técnica da organização esteve em Ouro Preto avaliando a cidade, que se encontrava sob risco de perder seu título de Patrimônio Cultural da Humanidade. As principais questões que ameaçavam o título da cidade eram a ocupação desordenada das encostas, tráfego pesado no centro histórico, infra-estrutura de saneamento precária e obras irregulares. Poucos meses antes da visita, dois incidentes alertaram os especialistas da UNESCO: a destruição do chafariz da igreja matriz de Nossa Senhora do Pilar por um caminhão, e um incêndio que destruiu o segundo maior casarão do centro da cidade. Representantes da UNESCO em entrevistas na época culpavam os governantes de Ouro Preto de não estabelecerem políticas de conservação adequadas, não supervisionarem adequadamente os casarões históricos e não tomar medidas preventivas como a fiscalização da fiação e da estrutura.

A cidade não foi incluída no hall de Patrimônio Mundial em Perigo, no entanto, a situação serviu como alerta para os governantes locais e medidas começaram a ser tomadas visando interromper o processo de degradação do sítio histórico. Em 2004 foram demolidas diversas obras irregulares na cidade, e desde então diversas regras de trânsito tem sido implementadas para diminuir os impactos causados pelos automóveis no centro histórico.

De modo geral, os moradores de Ouro Preto tem consciência da importância da preservação do traçado urbano da cidade e se orgulham do fato dela ser um bem tombado e considerado patrimônio cultural da humanidade. No entanto, sentem-se cerceados pelas impedições impostas pelo tombamento e reivindicam soluções para questões como o transporte público na cidade e o impedimento aos comerciantes em ampliar seus estabelecimentos. Segundo o IPHAN, tais questões devem ser discutidas com o poder público para que se cheguem a conclusões que atendam às necessidades da comunidade local sem prejudicar o patrimônio de Ouro Preto.

A atividade turística em Ouro Preto

A atividade turística em Ouro Preto começou a ganhar destaque a partir da década de 1950, mas a atividade desenvolveu-se realmente a partir de 1980, quando a cidade foi tombada como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO. O principal tipo de turismo desenvolvido na cidade é o histórico-cultural, o que se justifica pelo seu cenário colonial. O turismo em Ouro Preto é uma atividade econômica de destaque, mas ainda tem uma arrecadação inferior a da indústria extrativa mineral e a de transformação.

Além do próprio conjunto arquitetônico, que atrai turistas só pelo “prazer em vislumbrar”, Ouro Preto possui muitos atrativos para serem visitados, cada um com um pouco da história e da cultura locais, que se considerados em um contexto mais amplo é a própria história do Brasil. Entre esses atrativos estão: museus, igrejas, chafarizes, minas, casarios, atrativos naturais e ainda um passeio de trem que leva até a cidade de Mariana. Ouro Preto atrai famílias, jovens e estudantes do mundo todo e realmente impressiona o visitante, que é imediatamente transportado para o século XVIII, época de apogeu do ouro na região.

A Praça Tiradentes está no centro da cidade e é um dos principais ícones de Ouro Preto. De frente para a estátua de Tiradentes encontra-se o Museu da Inconfidência, estabelecido na antiga Casa de Câmara e Cadeia. Atrás da estátua está o Museu de Mineralogia da cidade. As igrejas de Ouro Preto possuem merecido destaque e abrigam obras de grandes mestres, como Aleijadinho e mestre Ataíde. As igrejas são dos períodos barroco e rococó. Há ainda outros museus de destaque, como o de Arte Sacra, a Casa dos Contos, o Museu de Aleijadinho, Museu do Oratório e Museu das Reduções. Outro atrativo, são as antigas minas de Ouro, entre elas a Mina de Chico Rei, em que é possível percorrer os caminhos feitos por escravos na busca do ouro.

A cidade possui ainda um sem-número de eventos ao longo do ano, voltados para diversos públicos. Os eventos de maior destaque atualmente são: o Carnaval, o Festival de

Inverno de Ouro Preto e Mariana- Fórum das Artes, a Semana Santa, o Aniversário da Cidade, a Festa do 12 e o Festival Internacional “Tudo é Jazz”.

O Carnaval de Ouro Preto une a peculiaridade do Carnaval de interior com a facilidade de hospedagem a baixos custos – especialmente para os jovens que ocupam as diversas repúblicas estudantis. Muitos blocos e grupos folclóricos desfilam nesta festa, e é possível assistir shows organizados pela prefeitura, gratuitos, e outros privados. Além de lotar a principal praça da cidade, a Praça Tiradentes, e as ladeiras adjacentes, os distritos de Ouro Preto também se preparam com variadas atrações para receber os foliões.

O Festival de Inverno de Ouro Preto e Mariana – Fórum das Artes é um tradicional evento da cidade e dura quase todo o mês de Julho. Este festival, muito conhecido, possui diversas atrações espalhadas pelas duas cidades e seus respectivos distritos. São shows, peças teatrais, exposições, oficinas, contação de histórias, exibição de filmes e muitos outros atrativos. Este evento é responsável por atrair muitos turistas, inclusive internacionais, e propõe a esses e a sua população local um grande enriquecimento artístico e histórico-cultural.

Quanto à Semana Santa de Ouro Preto, é um evento tradicional, que mobiliza fortemente a população local. A realização das cerimônias de celebração é revezada entre a Paróquia do Pilar e a Paróquia da Conceição de Antônio Dias. Os moradores enfeitam as fachadas de suas casas, com colchas de renda. Acontece também a queima de Judas, a cerimônia de Lava pés, a procissão do Enterro (saindo da paróquia organizadora de acordo com o ano), e no sábado de manhã, os moradores dedicam-se a confecção dos tapetes por qual passará a procissão do dia seguinte. Estes tapetes possuem a extensão de todo o caminho entre as duas paróquias e são feitos com diversos materiais, como serragem, pó de café, rosas, entre outros, mostrando desenhos de Ouro Preto e motivos religiosos.

O aniversário de Ouro Preto é dia 8 de Julho e é tradicional a organização de um grande evento em comemoração, realizado pela prefeitura. A comemoração dura toda a semana e geralmente culmina em shows de grandes artistas nacionais em locais públicos,

como a Praça Tiradentes. Estes eventos, em especial os shows, atraem não só os moradores locais, como turistas provenientes das cidades vizinhas.

Já a Festa do 12, também é um tradicional evento de Ouro Preto, mas restringe-se às repúblicas da cidade. O evento começou sendo um encontro dos ex-alunos da Escola de Minas (engenharia) da UFOP⁶. Os ex-alunos voltavam à cidade para a comemoração da fundação da escola, em 12 de Outubro e contavam com bailes festivos e de gala. Atualmente, a organização da festa é por conta das mais de 200 repúblicas de Ouro Preto e geralmente ocorre nos próprios casarões. A Festa do 12 atrai uma multidão de estudantes de todo o país, que, inclusive, se abrigam nas repúblicas.

Outro evento de grande relevância para a cidade é o Festival Internacional “Tudo é Jazz”, que como o nome já demonstra, atrai turistas do mundo todo. O festival acontece em setembro em diversos pontos de Ouro Preto. Ocorrem shows de diversos artistas nos palcos montados na cidade e há uma programação especial com shows gratuitos.

Impactos Positivos e Negativos do Turismo na Cidade

O turismo em Ouro Preto movimenta a economia, gerando emprego e renda para a população. Isto ocorre pelo fato do fluxo de turistas demandar uma série de serviços, como acomodação, alimentação, sinalização adequada, guias, entre outros. Além disto, contribui para a disseminação da história e da cultura locais, que como exposto anteriormente, podem ser consideradas parte da própria história do Brasil.

A visitação turística valoriza o patrimônio e a comunidade local, além de permitir um intercâmbio cultural. A atividade incentiva ainda, a produção de artesanatos e souvenirs em geral, mais um modo de divulgação do Patrimônio Cultural de Ouro Preto. O turismo em Ouro Preto é efetivamente uma oportunidade grandiosa de enriquecimento cultural para todos

⁶ Universidade Federal de Ouro Preto

os seus visitantes. Prova disto, é o grande número de estudantes provenientes de outras partes do Brasil e do mundo, que fazem da localidade um verdadeiro campo de estudo.

Todos os benefícios citados até aqui e muitos outros que o turismo pode trazer, acontecem de forma plena quando a atividade é bem planejada, envolve toda a comunidade e respeita os limites de cada região. No caso específico de Ouro Preto, apesar desses benefícios serem visíveis, a atividade turística traz também diversos impactos negativos. Isto ocorre, muitas vezes, em função desse mau planejamento.

Muitos turistas que visitam Ouro Preto estão pouco preocupados com os impactos que sua visita pode causar. Para citar um exemplo, em muitas igrejas e museus é proibido fotografar, pois a fotografia pode prejudicar as obras de arte. Porém, grande parte dos visitantes ignora o aviso e insiste em levar para casa não apenas a memória do momento, mas necessitam de uma materialização da visita e acabam por fotografar, indevidamente, os locais.

Outro problema gerado pela demanda turística é a necessidade de transporte, o que fez com que a prefeitura liberasse ônibus regulares para circular nas ruas de paralelepípedos e pés-de-moleque da cidade. Esta circulação prejudicou muito essas ruas, inclusive com a poluição sonora, mas felizmente foi proibida no centro histórico da cidade, através do decreto 1337/08.

Mas talvez os maiores impactos negativos causados por turistas tenham origem no grande número de eventos promovidos pela cidade. Certamente estes eventos geram muitos impactos positivos para Ouro Preto. Eles ajudam a manter o equilíbrio na demanda turística, contornando os efeitos da sazonalidade da atividade; geram mais empregos e renda e proporcionam, em sua maioria, uma grande injeção cultural.

Porém, é preciso observar que alguns destes eventos atraem tantos turistas que a capacidade de carga de Ouro Preto acaba por ser desrespeitada. Com isso, surgem inúmeros problemas, tais como: desabastecimento de água e energia, elevado grau de sujeira nas ruas, poluição sonora, entre muitos outros.

O Carnaval de Ouro Preto pode ser considerado o evento que mais gera impactos negativos para a cidade, mas não é o único, outro evento que também gera muitos impactos

negativos é a Festa do 12, para citar outro exemplo. No centro histórico residem cerca de 40 mil pessoas e no Carnaval esses moradores dividem espaço com outras 30 mil por dia de festa, o equivalente a 2/3 dos residentes, afirmou um representante da polícia militar de Ouro Preto *apud* FLECHA.

A maior parte dos turistas que visitam a cidade no Carnaval são jovens, que se hospedam nas repúblicas a baixos preços, vantagem econômica que se torna uma das grandes responsáveis por atrair tantas pessoas. E este enorme contingente gera muitas toneladas de lixo a cada dia da folia, problema agravado pelo fato da cidade não ter lixeiras públicas, que destoariam do cenário colonial. Há ainda um grande problema causado pelos caminhões de cerveja que circulam irrestritamente pelo centro histórico de Ouro Preto e acabam por ocasionar rachaduras nos casarões, prejudicando, portanto, o patrimônio da cidade.

A prefeitura de Ouro Preto vem tentando descentralizar o Carnaval, deslocando as atrações para outros locais da cidade e para seus distritos e restringiu também o número de hóspedes por república. Além de tomar medidas que contribuam para maior segurança e conforto dos turistas. A própria comunidade local encontra-se insatisfeita com esses impactos negativos e deseja que o número de foliões diminua. O diretor do IPHAN em Ouro Preto *apud* FLECHA, afirmou que o ideal seria a retirada de todos os eventos do centro histórico e que a descentralização do Carnaval ajuda, mas ainda não é suficiente.

Inclusive, estes impactos são tão notáveis que Ouro Preto correu o risco de perder o título de Patrimônio Cultural da Humanidade. Isto se deu em 2002, quando uma comissão de técnicos da UNESCO foi até o local analisar as condições de preservação para manter ou não o título concedido em 1980. E havia uma grande preocupação quanto a esta possibilidade, o que reafirma o desgaste do patrimônio causado por estes impactos.

É imprescindível um amplo controle desses maus impactos para que eles possam ser diminuídos o máximo possível. Ao mesmo tempo em que se deve ter no turismo a imagem de uma atividade capaz de trazer muitos benefícios é preciso ter cuidado com o desenvolvimento desta. Se este desenvolvimento for incontrolado e sem planejamento certamente não trará bons frutos, especialmente para uma região tombada, como é o caso de Ouro Preto. Se em

todas as localidades a atividade turística exige acompanhamento, planejamento e constantes estudos e melhoras, em cidades tombadas essas medidas devem ser ainda mais freqüentes e cautelosas. O objetivo não é colocar Ouro Preto em uma redoma de vidro para que ninguém possa chegar perto, mas para que o Patrimônio não se perca no tempo exige-se uma redobrada atenção.

Referências

BRASIL. Constituição (1937). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 10 de novembro de 1937*. Disponível em:

<www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em 03 junho 2009.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 05 de outubro de 1988*. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/sf/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_216_.htm>. Acesso em 2 de julho de 2009.

BRASIL. *Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937*. Dispões sobre a organização e a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0025.htm>. Acesso em: 03 junho 2009.

BRASIL. *Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministerio da Educação e Saude Publica*. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=75953>>. Acesso em 2 de julho de 2009.

CIDADES HISTÓRICAS BRASILEIRAS. *Ouro Preto: História*. Disponível em: <http://www.cidadeshistoricas.art.br/ouopreto/op_his_p.php>. Acesso em 30 junho 2009.

CITY10. *Turismo: Ouro Preto*. Disponível em: <<http://www.city10.com.br/turismo/index.html>> Acesso em: 06 de Julho 2009.

DIAS, Reinaldo. A evolução do conceito de patrimônio. In.: *Turismo e patrimônio cultural*. Editora: Saraiva. 2006. Pg. 69-77.

FLECHA, A. et al. *A sustentabilidade dos eventos em centro históricos urbanos – o caso de Ouro Preto, MG*. Ouro Preto, 2008.

FUNARI, Pedro Paulo; PINSKY, Jaime (Org.) *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Contexto, 2006.

IDASBRASIL. *Ouro Preto*. Disponível em: <www.idasbrasil.com.br/idasbrasil/cidades/OuroPreto/port/historia.asp>. Acesso em 2 julho 2009.

IPHAN. *Ouro Preto*. Disponível em: <www.portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12622&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>. Acesso em 23 junho 2009.

IPHAN. *Histórico*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=12149&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em 2 julho de 2009.

IPHAN. *A Instituição*. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=11175&retorno=paginaIphan>>. Acesso em 2 julho de 2009.

LIBERAL, O. *Ônibus convencional é proibido de circular no centro histórico de Ouro Preto*. Disponível em: <<http://www.jornaloliberal.net/noticias/diversas/1461-onibus-convencional-e-proibido-de-circular-no-centro-historico-de-ouro-preto>> Acesso em: 08 Julho 2009.

KRAKOVICS, Fernanda. *Ouro Preto pode perder título de patrimônio cultural da humanidade*. *Agência Folha*. 15 abril 2003. Disponível em: <www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u73166.shtml>. Acesso em 3 julho 2009.

MENDONÇA, Martha. *Patrimônio sob risco: Técnicos da Unesco avaliam neste mês se Ouro Preto ainda merece ser considerada bem da humanidade*. *Revista Época*. Edição 433, 4 novembro 2002. Disponível em: <www.revistaepoca.globo.com/Epoca/0,6993,EPT430910-1664,00.html>. Acesso em: 30 junho 2009.

MONUMENTA. *Ouro preto (MG)*. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/?page_id=202> Acesso em: 05 de Julho 2009.

NUNES, Rosalva. *Preservação de Ouro Preto é discutida em audiência*. *Direito2.com.br*. 15 maio 2003. Disponível em: <www.direito2.com.br/acam/2003/mai/15/preservacao-de-ouro-preto-e-discutida-em-audiencia> . Acesso em 7 julho 2009.

OLIVEIRA, Melissa; VITTE, Claudete. *O fenômeno turístico e suas implicações na cidade de Ouro Preto*. In. II Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, Idaiatuba, 2004. Disponível em: <www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro2/GT/GT15/melissa.pdf>. Acesso em: 18 junho 2009.

OVERMUNDO. *Festa do 12, Ouro Preto, MG*. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/guia/festa-do-12>> Acesso em: 08 Julho 2009.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. *Preservação do patrimônio cultural em cidades*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TRENTIN, Patricia. *O patrimônio Cultural edificado e sua gestão*. Portal Vitruvius. Drops 12.05. Disponível em: <www.vitruvius.com.br/drops/drops12_05.asp>. Acesso em: 13 maio 2009.

UNESCO. *Patrimônio Imaterial*. Disponível em: <www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimonioimaterial>. Acesso em: 25 junho 2009.

UNESCO. *Patrimônio Mundial*. Disponível em: <www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimoniomundial>. Acesso em 25 junho 2009.

UNESCO. *Patrimônio Mundial em Perigo*. Disponível em: <www.brasilia.unesco.org/areas/cultura/areastematicas/patrimoniomundial/areas/cultura/areastematicas/patrimoniomundial/patrimonio-em-perigo> Acesso em: 25 junho 2009.

WERKEMA, Mauro. *70 anos de tombamento das cidades históricas de Minas*. Ouro Preto.com.br, Minas Gerais, 7 maio 2008. Disponível em: <www.ouropreto.com.br/noticias/detalhe.php?idnoticia=763>. Acesso em: 13 junho 2009.

WIKIPEDIA. *Tombamento*. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/Tombamento>>. Acesso em 3 de julho de 2009.

ZANIRATO, Silvia Helena; RIBEIRO, Wagner Costa. *Patrimônio cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável*. Revista Brasileira de História. São Paulo, vol. 26 n. 51, 2006. Disponível em <www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01882006000100012&script=sci_arttext> Acesso em: 25 junho 2009.

Anexos

Sítios Urbanos Tombados em Ouro Preto

1. Praça Antonio Dias
2. Praça Reinaldo Alves de Brito
3. Praça Silvano Brandão
4. Praça Tiradentes
5. Rua Alagoas
6. Rua Amélia Bernhaus
7. Rua Antônio Pereira
8. Rua Barão de Camargos
9. Rua Bernardo Vasconcelos
10. Rua Brigadeiro Musqueira
11. Rua Carlos Thomás
12. Rua Cláudio Manoel
13. Rua Conde de Bobadela
14. Rua Cônego Trindade
15. Rua Coronel Alves
16. Rua Costa Sena
17. Rua da Conceição
18. Rua da Escadinha
19. Rua do Aleijadinho
20. Rua do Pilar
21. Rua Dom Silvério
22. Rua dos Paulistas
23. Rua Dr. Alfredo Baeta
24. Rua Felipe dos Santos
25. Rua Padre Antônio Gabriel de Carvalho
26. Rua Padre Epifânio
27. Rua Paraná
28. Rua Rangolfo Bretãs
29. Rua São José
30. Rua Senador Rocha Lagoa
31. Rua Vereador José Leandro
32. Rua Xavier da Veiga
- 33.

Procedimento para a inclusão de um bem na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO

- 1) O Estado-Parte:

Prepara uma lista tentativa de propriedades culturais e naturais em seu território que considera possuir um "excepcional valor universal". Seleciona as propriedades para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. Um país se torna Estado-Parte ao assinar a Convenção do Patrimônio Mundial e comprometendo-se a proteger o seu patrimônio cultural e natural.

2) O Centro do Patrimônio Mundial:

Verifica se a solicitação de inclusão está completa

Estabelecido em 1992, o Centro do Patrimônio Mundial é o ponto focal e coordenador, dentro da UNESCO, de todos os assuntos relativos ao Patrimônio Mundial.

3) O ICOMOS e/ou o IUCN:

Enviaram especialistas para visitar os sítios, avaliar a sua proteção e gerenciamento.

Preparam um relatório técnico

Avaliam se a propriedade possui "excepcional valor universal"

Dois organizações não-governamentais funcionam como órgãos consultivos: O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) e a União Mundial para a Natureza (IUCN).

4) O Bureau do Patrimônio Mundial:

Examina a avaliação

Faz uma recomendação para a inscrição ou

Solicita informações adicionais para o Estado-Parte

Um pequeno órgão executivo composto por 7 membros do Comitê do Patrimônio Mundial, o Bureau do Patrimônio Mundial prepara o trabalho do Comitê.

5) O Comitê do Patrimônio Mundial:

Toma a decisão final de inscrever o sítio na Lista do Patrimônio Mundial ou

Adia a decisão, aguardando informações mais aprofundadas ou

Recusa a inscrição

Constituído por 21 representantes dos Estados-Parte da Convenção, o Comitê do Patrimônio Mundial é responsável por guiar a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial.